

PSD QUER OUVIR O MINISTRO DA DEFESA NO PARLAMENTO



Rui Rio considera "inadmissível" a discussão na "praça pública" da demissão do atual Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA) e o envolvimento do nome do vice-almirante Gouveia e Melo na polémica



pág. 4

PSD

PSD OBTEVE UMA CLARA VITÓRIA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Numa declaração política na Assembleia da República, José Silvano, deputado e Secretário-geral social-democrata, afirmou que o PSD conseguiu atingir todos os objetivos a que se propôs nas eleições de 26 de setembro



pág. 6

PARLAMENTO

PSD SAI "MAIS PREOCUPADO" DO ENCONTRO COM O MINISTRO DAS FINANÇAS

No final do encontro com o ministro das Finanças, Afonso Oliveira revelou que João Leão não apresentou "todo o quadro macroeconómico", já que o documento está ainda "numa fase embrionária"



pág. 11

REGIONAIS

GOVERNO DOS AÇORES ATRIBUI BOLSA DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

O Governo Regional dos Açores vai atribuir, a partir deste ano, bolsas de estudo e um apoio ao pagamento de propinas aos estudantes do ensino superior carenciados residentes no arquipélago



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

EQUÍVOCOS

No dia 28 de setembro, às 9h57 horas, o vice-Almirante Gouveia e Melo, oito meses depois de assumir funções, deu por concluída a sua missão como responsável da "task force" que coordenou a vacinação contra a covid-19. Na cerimónia, estavam presentes, além do Primeiro-Ministro, o ministro da Defesa e outros membros do Governo.

Nesse mesmo dia, às 18h00, o ministro da Defesa recebeu o chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), o Almirante António Mendes Calado, que se encontrava de férias, para o informar que iria propor a sua exoneração ao Presidente da República, que havia sido reconduzido nestas funções, no passado dia 1 de março, ou seja, há menos de seis meses.

No dia seguinte, os meios de comunicação dão como certa a exoneração e a substituição do CEMA pelo vice-Almirante que liderara o processo da vacinação, enquanto o Presidente da República referia a existência de "equívocos" e desmentia aquela demissão.

Uma peça de teatro surreal.

Ao final da tarde, quando a linha vermelha fora ultrapassada, o Presidente da República convocou de emergência o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa para uma audiência no Palácio de Belém. Enquanto a imprensa divulgava que fora o Primeiro-Ministro a tomar a iniciativa de falar com o Chefe de Estado, após o encontro, é o Presidente da República quem declara, no site da Presidência: "*Ficaram esclarecidos os equívocos suscitados a propósito da Chefia do Estado-Maior da Armada*", após a reunião requerida por ele próprio, anunciando, afinal, a manutenção do CEMA.

Uma verdadeira trapalhada, em três atos.

Os equívocos podem ter sido sanados, mas a responsabilidade por este monumental desatino e deslealdade institucional está ainda por apurar. Este foi o episódio mais grave entre o Presidente da República e o atual Governo, que só encontra comparação nos tempos agitados do PREC, da confusão, das decisões sumárias e do *vale tudo*.

Um semanário, no sábado seguinte, veio assegurar que o "*Presidente da República estava a par de todo o processo*" e que fora ele quem conduziu a nomeação de Gouveia e Melo como chefe do Estado-Maior da Armada, atribuindo os equívocos à Casa Militar do Presidente da República, que terá "*manipulado*" o Presidente da República. A ser verdade, o chefe da Casa Militar não está à altura de funções e Marcelo Rebelo de Sousa tem de passar guia de marcha a quem assegura a sua ligação com as chefias militares.

Mas se o abuso de poderes ou "*atropelamento de instituições*" a que aludiu Marcelo Rebelo de Sousa e a subsequente fuga de informação partiu do ministro da Defesa – e recorde-se que o Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, a quem cabe nomear e exonerar, sob proposta do Governo, os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas – então será João Gomes Cravinho que não tem condições para continuar no cargo. Ou permanecerá como outros, como mais um zombie no Executivo, que integra formalmente o Executivo, mas sem autoridade para governar? Ou como um fazedor de equívocos que enlameiam o bom nome do vice-Almirante, responsável por um dos mais exigentes e melhor conduzidos processos de planeamentos que Portugal conheceu nas últimas décadas? E o Governo, queria ou não aniquilar ou anular a popularidade de Gouveia e Melo e, ao mesmo tempo, usurpar o capital e o estatuto que o vice-Almirante alcançou na pandemia?

Uma autêntica encenação, verdadeiramente dramática para as Forças Armadas.

Certo é que a autoridade do Estado, a magistratura de influência – às vezes, mais interferencial – do Presidente da República e a credibilidade das Forças Armadas não podem ficar à mercê de poderes mesquinhos ou de jogos de xadrez político entre órgãos de soberania. Já basta o estado a que chegaram as Forças Armadas, com a menorização dos militares, a decadência de equipamentos, a falta de segurança das infraestruturas, para agora, ficar sujeita a manobras de bastidores e saneamento de altas patentes, que põem a nu as debilidades de um ministro, que parece manifestamente inapto para o lugar.

João Gomes Cravinho pode até ser um exímio diplomata, mas na Defesa, pelos vistos, é um erro de *casting*. Nos 111 anos do 5 de outubro, triste espetáculo aquele a que assistimos, sob o manto diáfano da fantasia e dos equívocos entre atores políticos sem a dimensão de Estado, que os cargos lhes exigiam.

PSD QUER O DA DEFESA



OUVIR O MINISTRO NO PARLAMENTO



Sobre a fuga para paradeiro incerto do ex-banqueiro João Rendeiro, Rui Rio diz que é “um escândalo”. “Essa fuga é da inteira responsabilidade do sistema judicial e deve ser esmiuçada no sentido de perceber por que é que o sistema judicial sujeita Portugal a um vexame desta natureza”. Rui Rio entende, no entanto, que “o Governo não deixa de ser responsável pelo facto de sempre” que o PSD “fala de uma reforma da justiça, o Governo não a quer fazer”. “Era preciso ter muito descaramento o que o Governo e a bancada do PS têm dito, que o PSD não tem propostas, quando foi entregue em mão um livro com propostas [para a área da justiça]”, acrescentou.

No encontro desta quinta-feira, Rui Rio anunciou que foi feita uma apresentação das “linhas maiores” do projeto de lei do PSD de revisão constitucional, coordenado por Paulo Mota Pinto, “que está em fase final de elaboração” e dará entrada em breve na Mesa da Assembleia da República, seguindo-se o projeto de reforma do sistema eleitoral. “Não estou preocupado com o dia de amanhã, mas com o futuro. Se quisermos rasgar horizontes para o futuro, temos de ser capazes de fazer ruturas com aquilo que sabemos que está ultrapassado no sistema. A Constituição da República é o primeiro passo. O sistema eleitoral não muda desde o 25 de Abril”, frisou.



Rui Rio considera “inadmissível” a discussão na “praça pública” da demissão do atual Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA) e o envolvimento do nome do vice-almirante Gouveia e Melo na polémica.

No final da reunião do grupo parlamentar do PSD, na quinta-feira, 30 de setembro, Rui Rio censurou “quem colocou isto na praça pública” e “uma vez percebido quem foi”, o responsável “tem de se demitir”. “Se foi o ministro da Defesa que colocou... Se não foi o ministro da Defesa que colocou, estou a pedir a demissão de quem colocou. Quem o fez é inadmissível”, defendeu.

Para Rui Rio, o responsável pela divulgação dessa informação “contribuiu para o desprestígio das Forças Armadas, numa altura em que as Forças Armadas saíram altamente prestigiadas com a atuação muitíssimo positiva do vice-almirante Gouveia e Melo” na coordenação da vacinação contra a covid-19.

“As Forças Armadas não mereciam que este assunto tivesse sido colocado na praça pública como foi, quem se antecipou e veio dar a notícia de que o CEMA ia sair e ia entrar o vice-almirante Gouveia e Melo prestou um mau e um injusto serviço”, afirmou, dizendo que a demissão do CEMA também carece de uma explicação, depois de o PSD já ter pedido a audição parlamentar urgente do ministro da Defesa.

O PSD entregou, no dia 29 de setembro, um requerimento para ouvir, com urgência, no Parlamento o ministro da Defesa Nacional sobre a alegada intenção do Governo de propor ao Presidente da República a exoneração do Chefe do Estado-Maior da Armada.

PSD OBTEVE UMA CLARA VITÓRIA POLÍTICA NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS



José Silvano considera que o PSD obteve uma “clara vitória política” nas eleições autárquicas e que está agora em “melhores condições de ser alternativa a este Governo em 2023”.

Numa declaração política na Assembleia da República, o deputado e Secretário-geral do PSD afirmou que o PSD conseguiu atingir todos os objetivos a que se propôs: ter mais presidências de Câmara, ter mais eleitos em todos os órgãos municipais, ter maior número de votos, a recuperação do concelho de Lisboa e o reforço da implantação nas áreas metropolitanas, a conquista da maioria absoluta das capitais de distrito e a subida exponencial no Alentejo.

Eleitos os órgãos autárquicos, o social-democrata frisa que agora é o momento de nos concentrar-nos no reforço das suas atribuições e competências para dar resposta à recuperação da economia e à aplicação dos fundos comunitários. Este plano, recorda o deputado, foi propagandeado pelo “Primeiro-Ministro que percorreu o País a prometer tudo a todos” afirmando que os autarcas seriam os seus executores. Terminado o período eleitoral, adianta José Silvano, o PSD cá estará para “monitorizar e fiscalizar essas promessas em todas as autarquias do País”.

“Os portugueses estão fartos de promessas e não esqueceram que durante a pandemia, o Governo prometeu mais do que podia cumprir e tiveram que ser os autarcas a apoiar as famílias e as empresas onde o Governo falhou”, acusou o deputado.

O social-democrata declarou ainda que o PSD pretende aferir e introduzir alterações legislativas que reforcem a autonomia e o poder de decisão dos Presidentes de Câmara, permitindo o aumento de meios financeiros para fazer face a este tipo de situações extraordinárias. Continuamos a defender os nossos objetivos de sempre, como o equilíbrio orçamental das autarquias e a redução do seu endividamento, “mas não podemos ignorar que as autarquias precisam de meios não só para os momentos de emergência, como para impulsionar a retoma económica e social no período de pós-pandemia”, afirmou.

André Coelho Lima

MENSAGEM DO PR NO 5 DE OUTUBRO “É PROFUNDAMENTE SOCIAL-DEMOCRATA”



André Coelho Lima, vice-Presidente do PSD, destaca duas notas do discurso do Chefe de Estado na cerimónia comemorativa do 111.º aniversário da Implantação da República: por um lado, a inclusão e a justiça social, “particularmente chocante” a existência de “dois milhões de pobres, 20% da população portuguesa”, o que constitui, segundo André Coelho Lima, um “falhanço nacional ao longo de décadas”; por outro, a “oportunidade que Portugal não pode perder” em matéria de desenvolvimento económico.

André Coelho Lima saudou o discurso do Presidente da República no 5 de Outubro, considerando-o imbuído de uma “mensagem profundamente social-democrata”. “Concordamos com a mensagem do senhor Presidente da República, que qualificaríamos de uma mensagem profundamente social-democrata, na medida em que apela ao desenvolvimento económico como forma única de criar riqueza no país, mas que esse desenvolvimento não pode esquecer os mais desfavorecidos. Este amparo deve ser feito pela via do desenvolvimento económico e não pela via assistencialista”, declarou.

O vice-Presidente do PSD salientou a questão do Plano de Recuperação e Resiliência, que foi abordada na mensagem de Marcelo Rebelo de Sousa no tocante à ética republicana.

“O senhor Presidente da República escolheu o PRR como o centro da sua intervenção. Não podemos esquecer a falta de ética republicana que o Primeiro-Ministro fez, como Secretário-geral do PS, utilizando um instrumento que é de recuperação nacional, como mero instrumento de poder. (...) Queremos dizer que [o PRR] é um instrumento que tem de ser tratado com seriedade, é última oportunidade para o nosso país”, referiu.

André Coelho Lima disse que teria “gostado de ver o Presidente da República, usando o seu próprio repto, para que o 5 de Outubro fosse comemorado como uma data viva”, de forma a “pressionar o Governo para a realização das reformas de que o país precisa”.

André Coelho Lima saudou ainda a atitude do presidente em funções da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, ao convidar o presidente eleito Carlos Moedas para a cerimónia. “É uma boa forma de marcar a importância do 5 de Outubro”, afirmou.

Marcelo Rebelo de Sousa discursou no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Lisboa.



Orçamento do Estado

PSD SAI “MAIS PREOCUPADO” DO ENCONTRO COM O MINISTRO DAS FINANÇAS



O PSD saiu da reunião com o Governo sobre as linhas gerais do Orçamento do Estado para 2022 “mais preocupado” do que estava quando entrou. No final do encontro com o ministro das Finanças, dia 6, Afonso Oliveira revelou que o governante não apresentou “todo o quadro macroeconómico”, adiantando o vice-Presidente da bancada do PSD que pelo que foi apresentado, o documento estaria “numa fase embrionária”, provavelmente devido às negociações que ainda decorrem com os partidos da esquerda.

“Para nós isso é claro, não que isso resulte da reunião com o Governo, resulta da incapacidade do Governo de nos apresentar o quadro macroeconómico total, foram apresentadas algumas linhas gerais sobre as quais não nos iremos pronunciar”, declarou.

Com o Primeiro-Ministro a prometer que o Orçamento contém sinais para a classe média e o investimento público, Afonso Oliveira garantiu que após a apresentação feita pelo ministro das Finanças “não ficámos com essa evidência”.

Com o país a viver hoje, fruto da pandemia e das políticas do Governo, uma situação económica difícil, Afonso Oliveira afirma que o Governo devia apresentar um Orçamento do Estado capaz de responder a este tipo de necessidades e à recuperação económica do país.

“Haverá necessidade de um Orçamento do Estado que seja capaz de responder a este tipo de necessidades. Saímos preocupados porque conhecemos a política do Governo ao longo destes anos, e percebemos que não foi capaz de responder às necessidades das famílias e das empresas. Não há nenhuma razão hoje para sairmos menos preocupados”, afirmou.

Afonso Oliveira esteve acompanhado na reunião pela vice-Presidente Clara Marques Mendes e pelo deputado Jorge Paulo Oliveira.

PSD QUER OUVIR O MINISTRO DAS FINANÇAS, O MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E O PRESIDENTE DEMISSIONÁRIO DA CP



O PSD quer ouvir, com “caráter de urgência” no Parlamento, o ministro das Finanças, o ministro das Infraestruturas e Habitação e o presidente demissionário da CP-Comboios de Portugal. Em causa está a saída, três meses antes de terminar o mandato, do presidente da empresa pública de transporte ferroviário, que responsabiliza João Leão pela situação financeira na CP. Críticas que foram corroboradas pelo ministro das Infraestruturas ao seu colega de Governo.

“O senhor ministro das Infraestruturas e Habitação foi mesmo mais longe e acrescentou que caso, a solução de saneamento financeiro dependesse de si, há muito tempo este constrangimento estaria ultrapassado e resolvido, numa clara crítica ao seu congénere ministro das Finanças, João Leão. Registámos ainda que o senhor ministro, responsável pela pasta das infraestruturas, com a tutela da CP, em detrimento da tomada de um conjunto de decisões de gestão, que retirem a CP do marasmo, da asfixia e da incapacidade de operar em condições de quantidade e qualidade correspondente às necessidades dos utentes, resolve justificar-se apontando erros e omissões a outros, limpando a água do capote relativamente às suas responsabilidades, mantendo as populações, que no dia a dia necessitam de ser transportadas sem alternativas, que não seja este péssimo nível de serviço promovido pela CP”, refere o PSD.

No requerimento que deu entrada esta sexta-feira, os deputados do PSD sublinham que “desde 2016, o setor dos transportes é apresentado pelo Governo Socialista como a marca de referência da sua governação, com anúncios consecutivos das maiores obras ocorridas em Portugal nos últimos 100 anos, ou ainda a propaganda constante em torno de sucessivos pacotes de aquisição de novos comboios que nunca chegaram, veja-se o anúncio de aquisição de 122 comboios para o serviço regional lançado em 2018, que ainda se encontra retido no tribunal de contas, a aguardar respostas do Governo a questões colocadas pelo tribunal, ou o mais recente anúncio panfletário de aquisição de 800 Milhões de Euros em comboios e carruagens, a dois meses das eleições autárquicas, que não passou de mero anúncio de propaganda eleitoral”.

Na quinta-feira, Rui Rio declarou, no Parlamento, que é “necessário perceber, se o presidente da CP estava a desempenhar tão bom trabalho”, quais são “as razões da sua demissão”.

Nesse sentido, e perante uma “crise sem fim à vista, suscitando naturais e significativas preocupações”, o PSD quer “esclarecer tão inusitada situação, da saída do presidente da CP, quando este desempenha e desenvolve trabalho tão meritório, conforme testemunho do ministro Pedro Nuno Santos, considerando mesmo que se trata do melhor presidente da CP de sempre”.

PSD APRESENTA SOLUÇÕES COM “VISÃO ESTRATÉGICA” PARA A GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TEJO

Perante as múltiplas ameaças que incidem sobre o rio Tejo e que prejudicam as populações ao longo desta bacia hidrográfica, o PSD propõe um conjunto de soluções com uma “visão estratégica” para proteger e valorizar os recursos hídricos, assim como o seu potencial valor ecológico e económico.

Através de um projeto de resolução que deu entrada no Parlamento, na sexta-feira, Dia Nacional da Água, os deputados do PSD defendem “Novas soluções para a gestão da bacia hidrográfica do Tejo”, com uma série de recomendações ao Governo, que passam sobretudo pelo “maior controlo na gestão hidrográfica do Tejo” e redução da “vulnerabilidade face a Espanha e à intensificação dos impactos das alterações climáticas”.

Para o PSD, as soluções pelas vias diplomáticas devem ser reforçadas, quando se sabe que as ameaças estão a agudizar-se: redução dos caudais em períodos críticos, recorrentes episódios de poluição, proliferação de espécies exóticas, perda de serviços dos ecossistemas e riscos acrescidos face ao prolongamento da vida útil da central nuclear de Almaraz.

“Têm faltado investimentos na gestão hidrológica ao longo das últimas décadas e o Tejo tem estado condenado ao fatalismo de políticas públicas incapazes de se adaptarem a novos paradigmas, não se observando reformas ou mudanças que invertam o curso dos problemas. Derivado desta realidade, setores como a agricultura e o turismo sofrem consequências negativas e não podem potenciar os recursos do Tejo para criar mais riqueza e emprego numa lógica de economia verde”, justifica o PSD.

Os deputados do PSD alertam para os impactos relacionados com as alterações climáticas que poderão reduzir ainda mais a disponibilidade hídrica, antevendo que “no futuro, a água será cada vez mais um recurso crítico, alvo de disputas transfronteiriças, sendo certo que os consumos continuarão a crescer”.

O rio Tejo constitui um curso de água doce historicamente fundamental para Portugal em termos de abastecimento de água, irrigação, navegabilidade, comércio, produção de energia, pesca, turismo. O seu curso prolonga-se por cerca 1100 quilómetros, dos quais apenas 230 quilómetros correm em Portugal. A bacia hidrográfica cobre uma superfície de cerca de 80629 quilómetros quadrados, dos quais 24800 são em Portugal (29,8%). São abrangidos 94 concelhos, embora cerca de uma dezena marginalmente. Na Região Alentejo são abrangidos 20 concelhos, 30 da Região Centro e 44 da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O PSD propõe:

1. Avalie a solução de reforçar os caudais do rio Tejo utilizando o rio Zêzere e a barragem do Cabril, com entrega a construir até montante da barragem de Fratel, devendo a Agência Portuguesa do Ambiente apresentar um estudo de viabilidade no prazo de um ano.
2. Apresente os estudos referentes à utilização do rio Ocreza como reserva estratégica de água, incluindo cenários de localização como o da anteriormente proposta barragem de Alvito, discutindo publicamente as suas potencialidades e impactos.
3. Promova uma gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas, assegurando o uso sustentável dos aquíferos, bem como a reutilização de águas residuais urbanas numa lógica de economia circular.
4. Prepare um programa de restauro das funções ecológicas do rio Tejo, a ser apresentado no prazo de um ano, assegurando o seu financiamento plurianual.
5. Articule com governo espanhol e com o envolvimento da União Europeia o desenvolvimento de estudos de adaptação às alterações climáticas das bacias hidrográficas partilhadas, definindo caudais ecológicos adequados face aos cenários futuros em que se prospetiva maior escassez.
6. Crie um Grupo de Trabalho, num prazo de três meses, para apresentar um modelo de constituição de uma nova entidade responsável pela gestão e valorização dos recursos hídricos da bacia do Tejo e das Ribeiras do Oeste, numa lógica de fins múltiplos, complementar à ARH Tejo, envolvendo agentes nacionais, regionais e locais, de natureza pública e privada.

GOVERNO “ABANDONA” O CENTRO HOSPITALAR DE SETÚBAL



A Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal, na sequência da demissão do diretor clínico do Hospital de São Bernardo, acusa o Governo de “abandonar o Centro Hospitalar de Setúbal que há muito tempo enfrenta com graves problemas decorrentes da escassez de profissionais de saúde, bem como a total inadequação das atuais instalações do Hospital de São Bernardo”, acrescentando que o Governo se tem revelado “incapaz de dar resposta efetiva aos referidos problemas”.

“Este é um problema que se tem vindo a arrastar ao longo dos últimos anos. O Governo tem repetidamente feito promessas sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, mas todos os dias assistimos a demissões, a situações de rotura e agravamento da capacidade de resposta das urgências e de crescentes dificuldades em diversas especialidades médicas”, considera Paulo Ribeiro, presidente da Distrital.

Paulo Ribeiro questiona como é possível no hospital da capital de distrito, que serve quase 200 mil habitantes, “o Governo continue a não dar resposta sobre a requalificação e financiamento do CHS, continuando a adiar a resolução destes problemas”.

Nesse sentido, os deputados do PSD entregaram um requerimento no Parlamento, solicitando a audição do Sindicato Independente dos Médicos, Federação Nacional dos Médicos, Ordem dos Médicos, Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal (CHS) e do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, assim como o diretor clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, Nuno José Fernandes Pinto Fachada.

Na base deste requerimento estão os “graves problemas” no Centro Hospitalar de Setúbal, em especial a “crescente escassez de profissionais de saúde” e a “desadequação das atuais instalações do Hospital de São Bernardo”.

“A situação tem vindo a agravar-se nos últimos anos, revelando-se o Governo incapaz de dar resposta efetiva aos referidos problemas”, denuncia o PSD.

Para os deputados social-democratas, “não surpreende, assim, que esta falta de condições que se verificam no CHS tenham levado o seu até agora diretor clínico, Dr. Nuno José Fernandes Pinto Fachada, a apresentar a sua demissão desse cargo”, alertando para a “situação de rutura nas urgências médicas, obstétrica e EEMI [Equipa de Emergência Médica Intra-Hospitalar]”, devido ao “êxodo” de profissionais; “dificuldades noutras escalas como a pediátrica, cirúrgica, via verde AVC, urgências internas; afastamento e colapso dos cuidados primários de saúde, agravando as dificuldades dos doentes”; “falta de condições de atratividade dos médicos” e a “insuficiência ou não abertura de vagas sinalizadas”; e as “incertezas” sobre a “requalificação e financiamento” do CHS.

O PSD refere ainda que o referido responsável alertou para o que considera ser o “estertor do Serviço Nacional de Saúde, capturado por uma estrutura burocrática pesadíssima e crescente, que asfixia e parasita aquilo que melhor foi feito nas últimas quatro décadas”.

ALTO MINHO FOI “VÍTIMA DE FRAUDE ELEITORAL” POR CAUSA DO LÍTIO, ACUSA A DISTRITAL DO PSD DE VIANA DO CASTELO



A comissão política distrital do PSD considera que população do Alto Minho foi “vítima de fraude eleitoral” por ter sido iniciada a consulta pública do relatório de prospeção de lítio, dois dias após as autárquicas.

Em comunicado, o presidente da Distrital do PSD de Viana do Castelo, Olegário Gonçalves, adiantou que “o documento estava preparado desde junho, só foi emitido em 23 de setembro e publicado em 28 de setembro”.

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) colocou em consulta pública o relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio das oito potenciais áreas para lançamento de procedimento concursal. O período de consulta pública decorre até ao dia 10 de novembro.

“Foi escondido até que os alto-minhotos votassem e, assim, levando muitos ao engano, pois alguns fizeram crer que não haveria exploração. Se já estava pronto na sema-

na passada, porque não o publicaram? Porque o esconderam? É um escândalo e uma traição aos alto-minhotos que nos leva a pedir explicações ao primeiro-ministro e ao ministro do Ambiente”, apontou Olegário Gonçalves.

Entre as oito áreas potenciais áreas para lançamento do concurso internacional para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de lítio encontra-se a Serra d’Arga, que abrange uma área de 10 mil hectares nos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Ponte de Lima, dos quais 4.280 hectares se encontram classificados como Sítio de Importância Comunitária.

Em causa está uma serra que está atualmente em fase de classificação como Área de Paisagem Protegida de Interesse Regional, numa iniciativa conjunta daqueles quatro concelhos do distrito de Viana do Castelo para garantir a proteção daquele território de eventuais projetos de prospeção ou exploração de lítio e de outros minerais.

O presidente da Distrital do PSD desafiou “os autarcas socialistas reeleitos e eleitos” nas eleições autárquicas de domingo, “nos concelhos abrangidos pela exploração, a terem a coragem de enfrentar as populações que, agora, perceberam que foram enganadas”.

Olegário Gonçalves anunciou ainda a marcação de uma conferência de imprensa alargada, para breve, para uma tomada de uma posição pública “de apoio às populações”.

O relatório de avaliação ambiental preliminar do Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio identificou “alguns riscos” nas oito potenciais áreas do Norte e Centro do país, reconhecendo ainda assim ser uma oportunidade para a “descarbonização da economia”. No relatório de avaliação ambiental preliminar foram analisadas oito áreas do Norte e Centro do país: Arga (Viana do Castelo), Seixoso-Vieiros (Braga, Porto e Vila Real), Massueime (Guarda), Guarda – Mangualde (quatro zonas espalhadas por Guarda, Viseu, Castelo Branco e Coimbra) e Segura (Castelo Branco).

GOVERNO DOS AÇORES ATRIBUI BOLSA DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

O Governo Regional dos Açores vai atribuir, a partir deste ano, bolsas de estudo a alunos do ensino superior carenciados e um apoio ao pagamento de propinas, anunciou o vice-presidente do executivo, Artur Lima.

“Queremos que os nossos jovens tenham condições necessárias para poderem, pelo seu mérito, trabalho e dedicação, qualificarem-se na universidade e poderem regressar à sua ilha. É uma questão de justiça social”, avançou, em conferência de imprensa, dia 4 de outubro, o vice-presidente do Governo Regional (da coligação PSD/CDS-PP/PPM), que tutela a área da Solidariedade Social.

Os dois incentivos, que podem ser acumulados com outros apoios sociais, entram em vigor “já neste ano letivo” e têm um impacto orçamental previsto de “cerca de um milhão de euros anuais”.

Só este ano, concorreram ao ensino superior cerca de 1.000 alunos residentes nos Açores e estão inscritos nos diferentes anos de licenciatura ou mestrado integrado cerca de 4.000.

O Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo, financiado “por verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência”, prevê um apoio anual total de 2.750 euros, em quatro pagamentos trimestrais de 687,50 euros (250 euros por 11 meses).

O projeto destina-se a alunos residentes nos Açores há pelo menos três anos, inscritos em instituições de ensino superior públicas ou privadas, “que integrem um agregado familiar cujo rendimento [anual] disponível não exceda os 15.000 euros” ou que, vivendo sozinhos, tenham um “rendimento que não exceda os 9.000 euros”.

“O apoio financeiro previsto neste programa é cumulável com quaisquer outros até ao limite máximo de 8.100 euros”, adiantou Artur Lima.

Já o Programa de Apoio ao Pagamento de Propinas a Estudantes do Ensino Superior, também cumulável com outros apoios, prevê a comparticipação de “um terço do valor máximo da propina”.

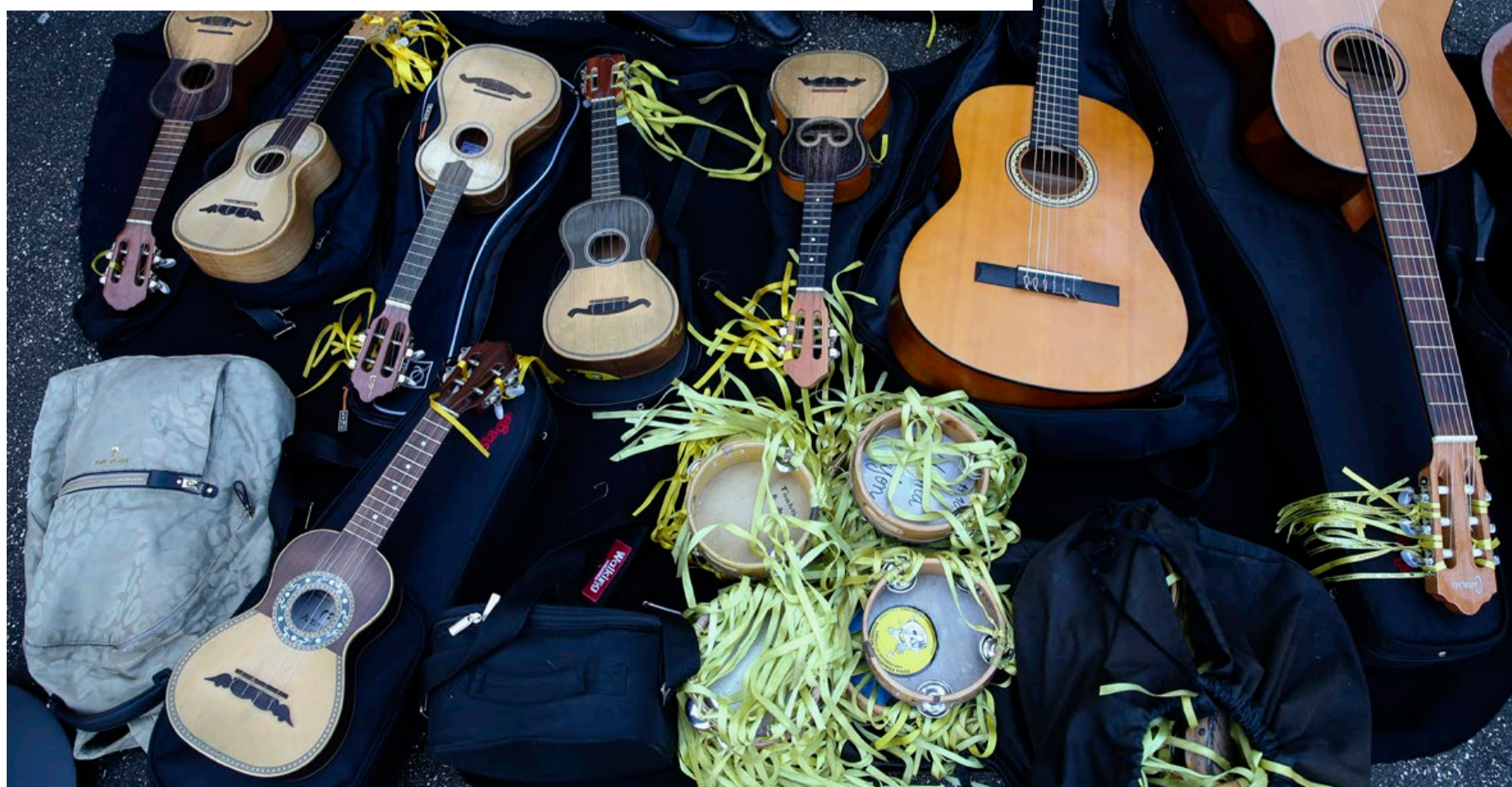
São abrangidos por esta medida estudantes residentes nos Açores há pelo menos três anos, inscritos numa instituição de ensino superior pública ou privada, “cujo rendimento familiar [anual] disponível não exceda os 30.000 euros”; ou que, vivendo sozinhos, tenham um rendimento que “não exceda os 13.500 euros”.

“Podem beneficiar deste apoio os casais em que cada elemento aufera cerca de 1.250 euros [mensais]”, salientou o vice-presidente do executivo açoriano.

Estas medidas somam-se ao prémio de mérito de 750 euros já atribuído pelo executivo açoriano a todos os alunos no ano de ingresso no ensino superior.

No total, um estudante cujos rendimentos da família sejam inferiores a 15.000 euros por ano pode ter acesso, no primeiro ano de estudos, a um apoio de 3.730 euros (750 euros do prémio de mérito, 230 da comparticipação das propinas e 2.750 da bolsa de estudo), sem contar com os apoios da Ação Social escolar ou de bolsas atribuídas por autarquias.

Segundo o titular da pasta da Solidariedade Social nos Açores, em 2020, concorreram ao prémio de mérito cerca de 900 alunos, mais 200 do que no primeiro ano em que a medida, proposta pelo CDS-PP (de que Artur Lima é líder regional), foi implementada na região, pelo anterior Governo Regional.



PARLAMENTO MANDATA GOVERNO REGIONAL PARA ELABORAR ESTATUTO DO BOMBEIRO DOS AÇORES

A Assembleia Legislativa dos Açores aprovou, por unanimidade, uma iniciativa do PSD, CDS-PP e PPM que manda o Governo Regional para que proceda à elaboração do Estatuto do Bombeiro dos Açores.

“Os bombeiros dos Açores prestam um serviço de inestimável valor a cada uma das nossas ilhas, contribuindo, pelo cumprimento das complexas missões de que estão incumbidos, para a segurança e bem-estar das populações. Nesta legislatura, um dos maiores desafios que se coloca aos órgãos de governo próprio da Região, na área da Proteção Civil, é a consagração do Estatuto do Bombeiro dos Açores”, afirmou o deputado Carlos Ferreira.

De acordo com o parlamentar social-democrata, o futuro Estatuto do Bombeiro dos Açores deverá ter em conta, entre outras matérias, a “abordagem à natureza distinta, mas complementar, dos bombeiros voluntários assalariados e dos bombeiros voluntários não remunerados”.

No projeto de resolução agora aprovado é igualmente proposto ao Governo Regional que o Estatuto do Bombeiro dos Açores venha a incluir “medidas específicas no âmbito da higiene, segurança e saúde no trabalho, nomeadamente o acesso a apoio psicológico gratuito, além de medidas de incentivo ao voluntariado nos corpos de bombeiros da Região”.



SAÚDE É “A PRIORIDADE MÁXIMA”, GARANTE JOSÉ MANUEL BOLIEIRO

O presidente do Governo dos Açores garantiu que “a saúde é prioridade máxima” do executivo (PSD/CDS-PP/PPM), admitindo não ter resolvido tudo em dez meses mas prometendo continuidade no trabalho de acesso dos açorianos à prestação de cuidados.

José Manuel Bolieiro falava na Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA) durante o debate sobre o Serviço Regional de Saúde (SRS) açoriano, dia 30, a propósito de uma interpelação sobre o tema feita pelo grupo parlamentar do BE.

“Em nome do Governo, fica aqui a clareza: para este Governo, a saúde é prioridade máxima. Não há razão para transformar esta interpelação em perguntas que querem ser insinuações. O esclarecimento aqui prestado [pelo secretário Regional da Saúde, Clélio Meneses] não deixa dúvida sobre a atuação cristalina nos últimos 10 meses”, frisou o chefe de governo, após cerca de três horas de um debate que subiu de tom algumas vezes.

De acordo com Bolieiro, “a maioria dos profissionais de saúde que reclamavam dignificação profissional têm o problema resolvido”.

“Está tudo resolvido? Não. Mas muitos dos problemas estão”, venceu.

Para o governante, “os utentes estão hoje mais bem servidos” e, não estando “tudo resolvido”, podem “continuar a contar com o atual Governo para usar todos os recursos para facilitar o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde”.

Antes, o deputado social-democrata Pedro Nascimento Cabral criticara a intervenção de Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, que questionara números detalhados para recuperação de listas de espera por tipos de cirurgias.

Nascimento Cabral respondeu que “uma cirurgia é uma cirurgia, ponto”, frisando que “um pai que tenha o filho para ser operado às adenoides e o veja sofrer, sem dormir, em apneia do sono, também tem direito a ver o seu filho operado”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de outubro de 2021 (sábado), pelas 15H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Avenida José Jardim n.º 32, Leiria, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Análise das Eleições Autárquicas
3. Análise da situação política
4. Outros assuntos

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais, convoca-se todos os militantes do Distrito de Leiria, para reunir nas respetivas Secções de Inscrição, Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no próximo dia 13 de Novembro (sábado) de 2021, pelas 15H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único- Eleição dos Órgãos Distritais

1. Mesa da Assembleia Distrital
2. Comissão Política Distrital
3. Conselho de Jurisdição Distrital
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira
5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de Votação e Entrega de Listas de Candidatos a Delegados de Secção

Alcobaça: Sede do PSD - Avenida Prof Eng. Joaquim Vieira Natividade, Lote 3 - 62 A, 2460-071 Alcobaça

Alvaiázere: Sede do PSD - Estrada Nossa Senhora dos Covões, nº 1, 3250-180 Alvaiázere

Ansião: Sede do PSD - Av. Dr Vítor Faveiro, 27 - 1º, 3240-172 Ansião

Batalha: Sede do PSD - Rua Filipe de Lencastre, 2440-081 Batalha

Bombarral: Sede do PSD - Rua Manuel Lima Souto, 10 - R/c Dt.º, 2540 - 117 Bombarral

Caldas da Rainha: Sede do PSD - Praça 5 de Outubro, 18 - R/c - Dt.º, 2500 - 111 Caldas da Rainha

Castanheira de Pera: Sport Castanheira de Pera e Benfica, Rua Dr. Ernesto Marreca David, 3180-104 Castanheira de Pera

Figueiró dos Vinhos: Sede do PSD - Rua Dr Manuel Simões Barreiros, 9, 3260 - 424 Figueiró dos Vinhos

Leiria: Sede do PSD - Rua Dr José Jardim, 32, 2410 - 124 Leiria

Marinha Grande: Sede do PSD - Avenida 1º de Maio, 72, 2430 - 211 Marinha Grande

Nazaré: Centro Comercial Camarão, Avenida de Badajoz, n.º 29, 1.º andar, Loja 9, 2450-138 Nazaré

Óbidos: Auditório Municipal Casa da Música de Óbidos, Rua Josefa de Óbidos, n.º 10, 2510-001 Óbidos

Pedrógão Grande: Sede do PSD - Largo da Restauração, nº 2 A, 3270 - 103 Pedrógão Grande

Peniche: Sede do PSD - Rua Alexandre Herculano, 68 - 1º Dt.º, 2520 - 273 Peniche

Pombal: Sede do PSD - Rua Dr Luís Torres, 4 - 2º, 3100 - 464 Pombal

Porto de Mós: Sede do PSD - Largo do Rossio, nº 35 D, 2480-314 Porto de Mós

Notas: As listas candidatas devem ser entregues na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, 2410-124- Leiria, à Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem a esteja a substituir, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira, dia 10 de novembro). A sede encontra-se aberta entre as 22h e as 24h para o efeito.

As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respetiva, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h do dia 10 de novembro.

As urnas estarão abertas em todas as secções entre as 15H00 e as 20H00.

LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais convoca-se os militantes da Assembleia da Área Metropolitana do Distrito de Lisboa, dotados de capacidade eleitoral ativa para os Órgãos Distritais, para, conforme a respetiva Secção de inscrição em que militam, reunirem nas Secções: Amadora, Azambuja, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, no próximo dia 06 de Novembro de 2021 (sábado) pelas 15H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira
5. Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Secções de Voto e Respetiva Localização

Amadora: Sede sita na Av. 11 de Setembro, loja 16 A;

Azambuja: Sede sita na Av. Condes de Azambuja, nº 43 - Torre 1 - Loja 3;

Cascais: Hotel Baía - Passeio D. Luís I, Cascais;

Mafra: Sede sita na Rua do Arvoredo, Bloco B, cave, - Erireira;

Lisboa: Escola EB 2,3 Manuel da Maia (Pavilhão), R. Freitas Gazul, nº 6, Campo de Ourique;

Loures: Sede sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4 - Parque Residencial do Almirante - Santo António dos Cavaleiros;

Odivelas: Sede sita na Rua Combatentes do Ultramar, nº 20 B, Odivelas;

Oeiras: Sede sita na Av. Carolina Michaelis, loja 37 - Linda-a-Velha;

Sintra: Sede sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7 r/c, Portela de Sintra;

Vila Franca de Xira - Sede sita na Rua da Praia, nº 63

Notas: As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger diretamente deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta para o efeito, naquele dia, até às 24H00.

As Listas de candidaturas dos delegados de Secção deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respetivas Sedes.

As urnas estão abertas, em cada Secção, das 15H00 às 22H00.

Chama-se a atenção dos militantes e dos Presidentes das Assembleias de Secção para o facto de ser a presente eleição um ato complexo, contemplando o sufrágio universal e direto de quatro órgãos distritais, bem como dos delegados, pelo que deverão as Secções providenciar urnas para a realização da eleição simultânea dos diversos órgãos e dos delegados.

SECÇÕES

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Alenquer para reunir no próximo dia 28 de Novembro (Domingo) de 2021, a partir das 15H00, na Sede Concelhia do PSD, sita no Rua Gago Coutinho, 36 R/c Esq, Alenquer, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Concelhia.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Concelhia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito naquele dia, entre as 21H00 e as 22H30.

As urnas estarão abertas das 15H00 às 18H00.

AMADORA

Ao Abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no dia 6 de Novembro (sábado) de 2021, às 15H00, na Sede do PSD/Amadora, sita na Av. 11 de Setembro, Loja 16 A, 2700 Amadora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia da Secção da Amadora;
2. Comissão Política da Secção da Amadora.

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 22H00 na Sede Concelhia.

As listas candidatas a Presidente da Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia da Amadora, sita na Av. 11 de Setembro loja 16 A, 2700 Amadora.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Cabeceiras de Basto, para reunir em plenário a realizar no próximo dia 15 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H15, na Sede, sita no Quinchoso - Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados das Eleições Autárquicas de 26 de Setembro de 2021;
2. Outros assuntos relevantes.

CASCAIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD do Concelho de Cascais para se reunir no próximo dia 6 de Novembro (sábado) de 2021, entre as 15H00 e as 22H00, no Hotel Baía, Passeio de Dom Luís I, Cascais, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política da Secção do PSD do Concelho de Cascais
2. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção do PSD do Concelho de Cascais

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia da Secção do PSD de Cascais ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, em local a definir, após contacto com Presidente da Mesa da Assembleia.

telefone 937569390

email: basiliocastro@sapo.pt

CONVOCATÓRIAS

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e nos termos do disposto pelo artº 54º convoca-se os militantes da Secção de Castelo Branco, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo dia 22 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 20H30, na Sede do PSD de Castelo Branco, sita na Rua Prior de Vasconcelos, nº 34, loja 1, R/c, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados eleitorais das Eleições Autárquicas;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

Nota: Nos termos do disposto pelo art.º 69º dos Estatutos, se á hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar de mais de metade dos militantes da Secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes.

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 22 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise dos resultados eleitorais das eleições Autárquicas 2021;
2. Outros Assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social.

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 15 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sala Manuel de Oliveira (Junto ao Teatro Cinema) sita na Rua Monsenhor Vieira de Castro, Fafe, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 27 de Outubro (quarta-feira) de 2021 pelas 21H30, na Sede do Rancho Folclórico do Vale da Rosa, sita Rua dos Moleiros, Vale da Rosa, Caranguejeira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária.

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia de Secção de Loulé para o dia 18 de Outubro (segunda-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1, Loulé, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da campanha e dos resultados das Eleições Autárquicas no concelho, ocorridas no dia 26 de setembro de 2021;
2. Outros assuntos.

Informo ainda que o Plenário decorrerá de acordo com as recomendações das autoridades de saúde que estiverem em vigor à data da sua realização.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 21 de Outubro (quinta-feira) de 2021, pelas 20H45, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise dos resultados Eleitorais Autárquicos.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e dos Regulamentos do PSD aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir no próximo dia 6 de Novembro (sábado) de 2021, na Sede Concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 - Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa de Assembleia de Secção Concelhia de Loures
2. Eleição da Comissão Política de Secção Concelhia de Loures.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 22H00. As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa de Assembleia ou a quem legalmente o substitua, até às 24:00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede da concelhia.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 06 de Novembro (sábado) de 2021, pelas 15H00 na Sede do PSD de Oeiras, na Avenida Carolina Michaelis, loja 37 em Linda-a-Velha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Militantes da Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estão abertas, das 15H00 às 22H00.

As listas de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Distrital, ou a quem o possa substituir, na Sede Distrital, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, encontrando-se a Sede Distrital aberta para o efeito, naquele dia, até às 24h00.

ODIVELAS

Ao Abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa da Secção Concelhia de Odivelas, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 6 de Novembro (sábado) de 2021, pelas 15H00, na Sede do PSD/Odivelas, sita na Rua Combatentes do Ultramar n.º 20 B Odivelas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção

1. Mesa da Assembleia da Secção de Odivelas;
2. Comissão Política da Secção de Odivelas;

Notas: A eleição decorrerá entre as 15H00 e as 22H00 na Sede Concelhia.

As listas candidatas a Presidente da Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas à Presidente da Mesa, ou a quem legalmente a possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Concelhia de Odivelas sita na Rua Combatentes do Ultramar n.º 20B Odivelas.

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção de Portimão para uma Assembleia de Militantes, dia 12 de Novembro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Museu de Portimão, sita Rua Carlos I na Zona Ribeirinha de Portimão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Vacatura de dois lugares na Comissão Política de Secção;
3. Vacatura de lugar na Mesa do Plenário Concelhio;
4. Análise dos Resultados das Eleições Autárquicas de 26 de Setembro de 2021 no Concelho de Portimão;
5. Situação Financeira e Sede do Partido;
6. Outros assuntos.

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 29 de Outubro (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão (antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Autárquicas 2021 – Análise da situação Política;
3. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jdsnacional@gmail.com



IV CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Vila Real, a realizar no dia 16 de Outubro de 2021 (sábado) pelas 14:30 horas, na sede distrital do PSD de Vila Real, Avenida da Europa, Edf. Encosta do Rio, Entrada 7 – 2º, 5000 – 557, Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Debate temático;
- 4 – Outros assuntos.

ANADIA ERRATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Anadia, a reunir no próximo dia 16 de outubro de 2021 (sábado), às 18h00m, na Sede do PSD Anadia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º Andar, Sala B, 3780-321 Anadia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Anadia.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20h00m.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Espinho, para reunir no próximo dia 6 de novembro 2021, na sede concelhia, sita na Rua 21, n.º 919, 4500- 204, Espinho, entre as 10h00 e as 12h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Espinho

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no mesmo local do Plenário Concelhio.

As urnas estarão abertas entre as 10h00 e as 12h00.

LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da Concelhia da JSD de Lagos, para reunir no dia 13 de novembro de 2021, pelas 15 horas, na sede do PSD de Lagos, sito na Rua Soeiro da Costa, nº 48-50, na freguesia de São Gonçalo de Lagos, concelho de Lagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Concelhia de Lagos.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues na sede do PSD de Lagos, sito na Rua Soeiro da Costa, nº48-50, freguesia de São Gonçalo de Lagos, concelho de Lagos, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (quarta-feira, 10 de novembro de 2021).

O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00m e as 17h30m.

OVAR

Ao abrigo dos termos do Artigo 71º nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ovar para reunir em Plenário de Militantes Concelhio, no dia 29 de outubro de 2021, pelas 21h00, na Sede da Secção de Ovar do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 1ºEsq - Ovar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata do Plenário de Militantes Concelhio de 14 de maio de 2021;
- 2 – Análise da situação política e dos resultados eleitorais correspondentes às eleições autárquicas;
- 3 – Aprovação do Plano de Atividades para os meses de novembro e dezembro;
- 4 – Outros assuntos.

Notas:

Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfecção das mãos à entrada do local.

Será disponibilizado gel desinfetante a todos os presentes e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.